



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: MARIO COVAS NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 08/05/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Declaro abertos os trabalhos da 4ª audiência pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza no ano de 2017, tendo por objetivo expor e debater o seguinte projeto de lei: PL 27/2017, de autoria da Vereadora Janaína Lima, Partido NOVO, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas pelo Poder Executivo na elaboração das políticas públicas da primeira infância, e dá outras providências.

Informo a todos os presentes que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no *link* Auditórios On Line.

Sendo assim, gostaria de chamar para compor a Mesa alguns dos presentes, começando pela Maria Izabel Rodrigues Teixeira, Júlio César Nogueira Rodrigues, Tábata Barbosa, Flávio Maciel, Armando Broque, Manoel Alves Pereira, Maria de Fátima Pereira, Gabriela Guida, Marta Arruda, Roberta Landi, Rogério Mônaco, Maria Cecília de Almeida Parasmó, Karen Leal Silva, Daniel A. Reis.

Oportunamente gostaria de informar que as inscrições para o pronunciamento do público estão abertas junto à secretaria da Comissão. É só levantar a mão que a gente entrega o papel para fazer o credenciamento.

Antes de passar a palavra, gostaria de dizer que, de nossa audiência para cá, tivemos algumas alterações no projeto, por isso fizemos questão de imprimir uma via para cada participante, para que a gente pudesse acompanhar os avanços que o projeto de lei teve, e o quanto foi valiosa e o quanto aprimorou o projeto a contribuição de cada pessoa que esteve conosco na primeira audiência. Então eu gostaria de mencionar algumas coisas que já se encontram em **negrito**, para que facilmente sejam acompanhadas as alterações por todos.

A gente colocou a priorização do investimento público na promoção da igualdade e da justiça social. Incluiu brincar como uma forma de desenvolvimento da criança. O atendimento especializado para crianças com deficiência e transtorno, e também para aquelas crianças com altas habilidades e superdotadas, que também é um trabalho que muitas vezes

fica esquecido, nossas crianças superdotadas, que também é necessário fazer um trabalho para estimular o desenvolvimento dessas crianças. Orientação à família sobre problemas relacionados ao transtorno alimentar, tais como desnutrição e obesidade infantil.

E foram incluídas novas metas, dentre as quais, na Educação, a inclusão no Plano Municipal de Educação sob o aspecto da criança e da formação dos educadores. A iniciação em projetos e atividades de informática e tecnologia a partir dos quatro anos.

Na Saúde, a informatização do sistema de registro e do cadastro de vacinação. O que é isso? É que o acompanhamento da criança com o pediatra possa ser digitalizado e que a criança não seja um número na Saúde, um número na Educação, um número na Assistência e Desenvolvimento, um número na Cultura, um número no Esporte. Não. O que a gente está pedindo é a integração desses dados, a digitalização da carteira de vacinação e desse registro, porque aí, sim, a gente vai poder pensar numa avaliação, num relatório de política de primeira infância e saber quais são os avanços, o que a gente pode prever e até aprimorar no desenvolvimento das nossas crianças no tocante à primeira infância.

Serviços de orientação de gestantes e famílias sobre maternidade e paternidade responsáveis, aleitamento materno, alimentação complementar saudável, crescimento e desenvolvimento infantil integral, prevenção de acidentes e educação sem uso de castigos físicos.

Na Assistência Social foi reforçado o fortalecimento do vínculo da criança com a família. A gente falou na outra vez da importância da relação, da parentalidade entre a crianças e o adulto, o quanto isso desenvolve as nossas crianças, e a gente fez questão de levar isso para a letra da lei. E também com a comunidade, inserir como meta a adoção de medidas sociais preventivas nos casos em que a criança se encontra em situação de risco ou vulnerável.

Foram incluídas metas na área da cultura e do lazer, como a ampliação da oferta de livros infantis nas bibliotecas municipais e o aumento de espaços e atividades de recreação

para toda a família, não só para a criança, mas para a criança como polo central de desenvolvimento e atendimento do poder público para toda a família.

Também foi prevista a criação do Registro da Criança Paulista, que é um pouco o que comecei a contar aqui para vocês, que reúne todas essas informações dos setores da administração pública. Vocês podem perguntar: e as crianças que não fazem uso do serviço público? Então, mesmo que a criança não faça uso do serviço público, há vacinas que somente os postos de saúde da rede pública oferecem, então todas as crianças passam de alguma forma pelo serviço público, e nesse momento é que será atualizado o cadastro da criança, possibilitando, aumentando a chance de que a gente consiga ter o cadastro e o acesso às informações de todas as crianças da cidade de São Paulo. É pelo menos o grande sonho, não é?

Outra inovação que a gente conseguiu como resultado da primeira audiência foi a previsão de parcerias público-privadas e outras formas de parceria com o setor privado e com a sociedade civil organizada.

Também incluímos duas datas no Município, que foram a Semana Municipal do Brincar, e a Semana Municipal da Primeira Infância, afim de que nessas duas semanas sejam feitas campanhas de inclusão da Semana do Brincar e a semana de conscientização de todas as diretrizes dessa lei e todo o município de São Paulo.

Por fim, foi previsto a criação do observatório de políticas públicas para a primeira infância que contará com a participação da sociedade civil organizada da Câmara Municipal de São Paulo, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Feito esse arrazoado, abro a palavra a Sra. Maria Cecília.

A SRA. MARIA CECILIA – Esse projeto de lei muito abrangente e seria muito difícil para mim, verificar algo que esteja faltando, embora nada nesse mundo, seja completamente completo – desculpa a redundância – mas vejo com uma disposição muito boa de ideais, como já falei bastante abrangente. O que gostaria de sugerir, quando você fala, me parece ter ouvido

você falar em parceria com a sociedade civil. Um trabalho do Município com a sociedade. É sabido da existência de várias entidades aqui em São Paulo, digamos custeada por magnatas, por exemplo, o Liman (?) e outros, eu gostaria, de eventualmente, se pudesse fazer uma parceria com essas entidades que estão bastante avançadas também nessa questão para unirmos esforços para verificarmos como fica a implementação de tudo que está escrito, ou pelo menos, parte do que esteja escrito aqui, na realidade, dos fatos. A minha questão é com aplicabilidade do que está aqui que está muito bom. É tempo, temos progredido muito desde o início do século passado com essas questões sociais, sabemos disso, se for verificar a história do início da higienização das creches, é uma história muito interessante, já estivemos no início do século passado muito atrasado e tal, e avançamos bastante. Mas o que acontece agora é que há muitos avanços, entretanto há uma disparidade de muitas crianças não atendidas ainda, então aí cria uma injustiça social muito grande. e acredito que com uma eventual unificação reunião para debate dessa entidades em São Paulo que tem bastante embasamento, tanto de conhecimento, como de recurso, acho que seria enriquecedor para colocar a prática mais efetivamente toda essa beleza que está aqui. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Peço licença para interromper as falas sucessivas para anunciar, com muita alegria, a presença da Secretária Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, Claudia Vidigal.

Com a palavra a Sra. Claudia Vidigal, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente.

A SRA. CLAUDIA VIDIGAL – Muito obrigada, Janaina, obrigada a todos. É um prazer compor essa mesa com os senhores e senhoras, estivemos juntas debatendo a política da primeira infância em Boston, a alguns meses, então estamos nesse tema juntas, a Janaína pensando e o Governo Federal, ele está justamente, os ministérios nesse momento também compondo seus grupos de trabalho para pensar na política nacional da primeira infância. Estamos em momento interessante de contar um pouco também nas nossas trajetórias, ali da

composição do grupo de trabalho que vai construir, acho que a lei é o grande ponto da lei que você propõe, não é mesmo Janaína, acredito que não deva estar sozinha, deve estar com parceiros nessa composição e nessa proposição, mas é intersectorialidade, acho que foi isso que aprendemos aqui também e aí tentar compor para pensar como é que a gente constrói essa intersectorialidade. Em intersectorialidade pensando tanto nas diversas secretarias quanto na composição com a sociedade que acho muito importante. Penso ser importantíssimo começar direito, começar envolvendo o conselho, começar pensando como é que a sociedade civil, e estou vendo a sociedade civil aqui presente, mas essa composição do grupo de trabalho. Então venho aqui me colocar a disposição e pensar como é que podemos contribuir e se, em algum momento for interessante contar um pouquinho de como estamos instituindo, fazendo a Lei acontecer ali a composição do grupo. Penso que, a gente vira e mexe, não, não precisamos de mais leis, precisamos de tipos de políticas, precisamos que a coisa de fato aconteça, é verdade. Mas precisamos, sim, de leis. As Leis são as que puxam a política e assim a gente vai. Em uma cordinha que se puxa de um lado para outro e é assim que a gente se compõe, a sociedade civil, o Judiciário, o Executivo, e é o Legislativo. Então venho aqui também mostrando o pacto federativo também de outras instancias, acredito que o Estado também está aí demonstrando seu interesse em investir na primeira infância, temos o Secretário Floriano, que é uma pessoa que levanta essa bandeira, que defende essa bandeira, e acho que estamos nesse momento da Cidade de São Paulo também de não ter aderido a Criança Feliz, não vou entrar no debate político disso, mas assim, qual a repercussão? O que vamos fazer então? Podemos escolher na querer Criança Feliz, mas é esse nossa escolha? O que ela implica? Acho que talvez também , poder trazer esse debate,. porque tem o Criança Feliz, que vem do Governo Federal e o qual posso representar, uma vez que faço parte do Grupo Gestor.

Muito obrigada, acho que quero mais, de verdade, ouvir, aprender e saber onde estamos para ver como contribuir somar mais aqui na Mesa, representando a nossa

organização. Falo a partir da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, que é do Ministério dos Direitos Humanos, mas também pelo CONAMA que é órgão hoje o qual eu presido. Então sou uma grande defensora dos conselhos poderem estar atuando e contribuindo com a construção dessa intersetorialidade. Muito obrigada, É claro que vim apoiar, porque não é fácil a gente fazer a proposta, chamar, movimentar, então a Janaina está aí fazendo seus movimentos, se expondo, dando a cara para bater, vai apanhar em alguns momentos, assim é, e em outros momentos a gente consegue fazer a coisa acontecer. Então vim também apoiá-la nessa iniciativa para gente construir juntos.

A SRA. TABATA BARBOSA – Sou Tabata Barbosa, pedagoga de formação, sou educada há mais de 10 anos e tive o privilégio de estar aqui no nosso primeiro encontro debater alguns pontos importantes. Acho muito importante que esses pontos tenham refletido no projeto, e gostaria de fazer alguns apontamentos aqui, quando a gente discutiu muito sobre o brincar na outra audiência e gostaria de deixar claro aqui, como técnica, não posso deixar passar isso, o brincar, ele é muito importante em duas vertentes. Brincar pelo brincar ele é importantíssimo para o desenvolvimento da criança e isso ele faz em qualquer lugar onde ele tiver a possibilidade de exercer essa função. Então em casa, em outros grupos sociais, em outros microgrupos sociais ele pode exercer isso. Um deles é a escola. E aí temos: a hora do recreio, onde algumas escolas estimulam esse momento do brincar, que ele também tem de ser estimulado. E é nesse ponto que quero chegar; brincar também de ser estimulado, ele também tem de ser direcionado. Nós, pedagogos, que somos os técnicos em Educação, temos e sabemos como estimular através do brincar habilidades e competências cognitivas sociais e emocionais. Então acho importante esmiuçar isso um pouco mais no projeto para não pensarmos só no brincar pelo brincar, que é o que normalmente todo mundo pensa.

A questão também das crianças com deficiências e com transtornos, é algo importante, é um debate muito importante e eu vou falar, aqui, como educadora mais uma vez, de que é extremamente importante essa inclusão. Ninguém aqui consegue dizer o contrário

disso. Temos de incluir as crianças seja com qual transtorno for dentro das escolas, mas não podemos esquecer dos educadores, da prática do dia a dia que esse professor com uma sala de 20 alunos e mais uma criança que tem de ser incluída, mas que tem suas necessidades diferentes. Algumas necessidades, às vezes, são fisiológicas, diferentes de outras crianças.

Não podemos esquecer do respaldo que o educador vai ter dentro da sala de aula para implementar isso, porque estou cansada de ver só a discussão pela discussão, e na prática do dia a dia o educador não ter esse respaldo dentro da sala de aula. Então esse é um ponto que eu gostaria muito que também fosse esmiuçado.

Outra questão é da desnutrição. Como falei na outra audiência, é super importante você ver a criança como um todo. Você não pode ver a criança, como a Janaína falou, como um número na assistência social, um número na saúde, um número na educação. Ela é uma criança com desenvolvimento integral. Então temos de ver essa criança com esse desenvolvimento. Mas temos de pensar que, muitas vezes, dentro da escola, o próprio educador não tem o treinamento de nutrição para conseguir opinar sobre a nutrição dessa criança. Vou dar um exemplo para vocês da prática.

Eu trabalhei para a Prefeitura de São Paulo, como coordenadora pedagógica durante alguns anos, e temos, dentro de cada região, uma nutricionista que nos visita nas escolas para que possam nos passar o cardápio do que poderemos fazer. Mas quem está no dia a dia com essa criança são os educadores. Então as dúvidas que temos no dia a dia, por exemplo, com a obesidade infantil, quanto que aquela criança precisa realmente para se alimentar; o quanto é excedente; o quanto vai fazer mal para ela; essas são perguntas que nós não sabemos responder como pedagogo. Portanto, uma orientação técnica mais firme seria muito importante na nossa prática diária, dentro da escola.

Algo que gostaria de parabenizar aqui a Janaína foi a questão da inclusão da informática e da tecnologia dentro da escola. Estamos num mundo globalizado, então, ter isso como foco, como objetivo, é muito importante. Temos de pensar o seguinte – e eu sempre

digo-: as crianças quando estão se desenvolvendo nas escolas privadas, elas estão se desenvolvendo com uma gama muito grande, é oferecido a ela muitas coisas para que esse desenvolvimento possa ser realmente integrado. E as nossas crianças também, do Município de São Paulo, precisam ter acesso a todas essas ferramentas que as crianças do ensino particular têm. E uma dessas ferramentas é o ensino da tecnologia, tanto quando falamos de tecnologia do computador, mas temos aí também o desenvolvimento de engenharia onde a criança pode começar a ter noção da engenharia mecânica, pode começar a ter noção desde a tenra infância. E isso vai facilitar muito o desenvolvimento dela.

Por ora, são esses os apontamos que eu gostaria de fazer. Obrigada.

A SRA. ISABEL TEIXEIRA - Boa tarde a todos. Sou a Isabel Teixeira, sou engenharia, estou aqui representando o Partido NOVO, da Janaína. Nós todos estamos juntos nesse trabalho da Janaína. Apoiamos totalmente porque achamos que Educação é fundamental no desenvolvimento de uma sociedade mais justa, e eu fiquei muito feliz de acompanhar essas audiências e fiquei especialmente feliz com a parte que fala da inclusão do cadastro da criança nos vários órgãos. Porque uma das coisas que atrapalha muito a nossa vida é a burocracia. É uma papelada infernal.

Então quantos menos vezes tivermos de preencher algo, ou falar algo para alguém, quanto mais automático isso for é melhor. E a criança realmente é um todo, não adianta falar só de Educação, temos de falar dos outros aspectos: Saúde, enfim. Acho isso foi uma das melhores mudanças. Achei genial.

Agradeço a todos, boa tarde.

O SR. _____ - Boa tarde a todos. Boa tarde, Janaína. É um prazer estar aqui de novo, com vocês. Extremamente grato em ver que os comentários da bancada anterior foram inseridos no documento.

Acho, sim, relevante o cuidado com o quando se fala de educar e brincar com relação à orientação dessa criança. Não é o brincar só por brincar. E quando se fala de sistema

de registro, aí talvez buscando sim a intersecção dos diversos setores que cuidariam da criança, talvez, não sei se é necessário aqui, agora, talvez pensar no 'como'. Temos Saúde, Educação, Cuidados Médicos, Cuidado Social, setores extremamente importantes que, num sistema de informatização, deveriam todos estar presentes, concordo que isso do momento da nascimento dessa criança em diante.

Então o 'como', não sei se em forma de lei, é muito importante para que esse projeto que pensa em construir uma criança e uma sociedade melhor a partir da primeira infância tenha sucesso. Muito obrigado.

A SRA._____ - Só queria tirar uma dúvida, só queria entender sua pergunta.

- Manifestação fora do microfone.

O SR._____ - O que eu pensei: informatização do sistema de registro e cadastro do serviço de vacinação (ininteligível) dessas informações aos órgãos municipais que promovam o atendimento da criança na primeira infância e aos familiares.

Você está fazendo um registro pensando, talvez, na vacinação, mas não sei se é possível ampliar esse registro, esse sistema – desculpe – para que ele envolva todo o passo da criança perante o setor público.

A SRA._____ - Isso já está. É um artigo que fala da digitalização da carteira de vacinação. Se você for um pouquinho para frente vai ver o Artigo 7, vê que colocamos a criação do registro.

O SR._____ - Perfeito. Aí tá, o cadastro. Então só o cuidado para ter certeza que ele envolve todos os setores que cuidarão dessa criança.

A SRA._____ - Veja se está contemplado. Dá uma olhada.

O SR._____ - Tá ótimo. Obrigado.

O SR. JULIO RODRIGUES - Boa tarde. Meu nome é Julio Rodrigues. Também sou do Partido NOVO, filiado. Estou contribuindo, apoiando a Janaína.

Achei o projeto muito importante e interessante. Não pude estar na primeira audiência.

Não vi aqui, nem sei se tem ou não, mas eu queria só fazer uma..

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JULIO RODRIGUES - Tá. Uma coisa que está muito atual é a questão da violência, presente no mundo, na política e, no caso das crianças, a gente trata como *bullying*. Existe essa questão de *bullying*. Há um seriado famoso que lida com essa questão.

Na minha vida, uma coisa que vi que pode ajudar nessa questão de *bullying* e de violência até entre as crianças, eu li uma reportagem sobre o ensino ou tratamento da questão de empatia nas escolas.

Se você trata a questão de empatia com o alto, o magro, o gordo, o baixinho, com mulheres, os mais fracos, os mais fortes, com todos, se você trata a questão de empatia com as crianças acho que, primeiro, ajuda na formação delas para, quando forem adultas, serem pessoas melhores e menos violentas. Ajuda também os próprios adultos, que vão tratar disso com as crianças, podem pensar e se observar como estão sendo desconsiderativos para com outras pessoas, desrespeitosos.

Não sei como tratar disso aqui, mas acho que é uma questão importante.

De qualquer jeito, está de parabéns o projeto.

Obrigado.

A SRA. MARTA – Boa tarde, Janaína. Meu nome é Marta, sou professora da rede pública há 16 anos, pedagoga. Estou aqui representando a Secretaria Municipal de Educação, trabalho na assessoria parlamentar. Como não participei das outras audiências, estou aqui para ouvir e acompanhar.

O SR. ARMANDO BRODI - Boa tarde, Janaína. Sou Armando Brodi, coordeno o Grupo Movimento Força Funcad...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ARMANDO BRODI – É um movimento formado por organizações que têm projetos nos fundos municipal e estadual da criança e do adolescente.

Meu primeiro registro era perguntar se tem algum representante do Conselho Municipal aqui hoje, que da outra vez já não havia. O Força Funcad mandou um ofício, foi dito que não tinham sido convidados, o que eu acho pouco provável. A própria Secretária falou que não estava sabendo. Essa é uma questão bastante delicada, porque está se mexendo com criança e adolescente. O Conselho, inclusive, é um órgão que tem de deliberar sobre as políticas públicas de criança e adolescente, e não está presente.

Inclusive há um ponto quando você fala das políticas públicas que o Conselho Municipal tem uma riqueza de informações bastante interessante, do ponto de vista de projetos apresentados pelas organizações, que executam ações que hoje não são políticas públicas, ou são complementares às políticas públicas, que são aprovados justamente porque são necessários. O Conselho avalia e há projetos complementares que são executados, por exemplo, junto a participantes de CCAs, que existem justamente para atrair esses jovens para o CCA, porque senão haverá evasão.

Há complementares também na parte para a primeira infância, participantes de 6, alguns projetos adicionais, culturais, etc., que o convênio por si só não teria condições de cobrir. Então as organizações promovem projetos complementares que só beneficiam as crianças e os adolescentes. Seria interessante ter alguma coisa que requeresse que o Conselho periodicamente... Ele deveria deliberar sobre políticas públicas e sugerir introdução, na política pública, de determinadas ações que se verificam, através dos projetos, que são eficazes, que funcionam e que são necessárias. Mas, ao que tudo indica, a gente não tem conhecimento de nenhuma política pública que tenha vindo a partir de uma proposta do CMDCA, no caso do município de São Paulo. Se há, faz muito tempo, antes da época em que estou atuando no setor.

Então, essa é uma questão bastante importante, como também é bastante importante o registro da ausência. Gostaria que depois a Câmara questionasse, porque para nós a resposta foi que eles não tinham sido convidados. Se dessa vez foram, é bom ver, porque acho que é importante. Temos aqui a Secretaria da Educação, presente, que não veio na outra, mas está ótima aqui hoje, principalmente porque neste momento está havendo uma campanha muito forte da Prefeitura para aumentar as vagas disponíveis nas creches através do programa Nossa Creche, e vai se aproveitar de um recurso muito inteligente, que é trazer o recurso federal através do Fumcad para poder fazer essas vagas. Então, envolve CMDCA, envolve Fumcad, e não tem ninguém aqui para dar qualquer opinião ou ajudar num projeto tão importante como esse.

Esse era o meu comentário. Obrigado.

A SRA. ROBERTA LUND – Sou Roberta Lund, também faço parte do Força Fumcad e represento também uma organização de acolhimento, a Associação Maria Helen Drexel. Para completar o que ele disse, tivemos uma reunião ordinária de manhã, do CMDCA, e agora no intervalo fui até lá para convidar alguém do CMDCA para fazer parte desta reunião e falei com a Presidente do Conselho, que disse: “Ah, vou pensar, vou ver, mas acho que não vai dar tempo”. Ao mesmo tempo, recolhi o que eles estão entregando: *São Paulo, uma Cidade Carinhosa com Suas Crianças. A Importância da Primeira Infância*. Vou lhe passar isso porque temos que unir esforços. Isso aqui é da Prefeitura de São Paulo, e não tem nenhum representante do CMDCA aqui. Acho isso muito importante. O Armando não podia ir, eu pensei: vou fazer o convite pessoalmente, porque estávamos aqui na primeira audiência, e eles alegaram que não foram convidados. Vou te passar esse material que eu peguei, para unirmos esforços, e depois, na minha vez, eu falo como representante de um serviço de acolhimento. Minha fala agora foi só para complementar a do Armando. Obrigada.

A SRA. DANIELA – Olá. Boa tarde a todos. Meu nome é Daniela, sou pedagoga, há mais de 15 anos envolvida com educação. Atualmente, estou na rede particular e tenho

acompanhado algumas coisas da Fundação Lemann, participei do evento Transformar. O que me entristece e me deixa indignada é esta questão: a gente não tem união interna. A gente precisa ter união interna e externa, começando pelo básico, aqui dentro.

Estou envolvido com alguns projetos. Gostaria muito de ajudar de forma voluntária ou como parceria. Só que eu gostaria muito de saber como de fato acontecem essas parcerias. As pessoas com quem estou envolvida dizem: “Já bati na porta da Secretaria mostrando projeto, mas me colocaram tanta barreira burocrática, que desanimamos”. Tem muita gente querendo fazer coisa boa, sim, pela educação, e precisamos nos unir, nos darmos as mãos e tentar fazer com que aconteça essa parceria. Fundação Lemann, Porvir, vários institutos desses grandes empresários estão com dinheiro e querendo ajudar. Agora, eu gostaria de saber como. A gente precisa entrar em contato. Até houve uma seleção de talentos da educação, da qual estou participando para ver se entro lá dentro e vejo como a gente consegue acessar isso. Estou mais como ouvinte e aprendiz também.

O SR. MANOEL - Boa tarde. Meu nome é Manoel. Represento uma ONG, a Associação Religiosa e Civil de Ação Social – ARCAS. Nós estamos exatamente esbarrando no que a colega falou: as burocracias nos deixa de pés e mãos atadas. Temos dois projetos, um inclusive está na Prefeitura para ser aprovado; mas são tantas as exigências, que algumas delas julgo até desnecessárias. Estamos atuando há 14 anos e já fizemos algumas coisas para a sociedade na região do Brás. De repente, esbarramos com tantas exigências que as coisas estão ruins para resolvermos os problemas das crianças e dos adolescentes, dos quais tratamos ao longo desses anos.

Como não participamos das duas audiências públicas anteriores, estou aqui também como ouvinte. Parabenizo a Vereadora Janaína pelo belo projeto que elaborou.

A SRA. FÁTIMA – Boa tarde. Também sou da ARCAS. Como disse o companheiro, estamos engatinhando; mas achei muito interessante o projeto por focar em algumas necessidades das crianças. Isso realmente, não podemos deixar passar. Por exemplo,

sou mãe adotiva de uma menina que com 9 anos perdeu a visão, e o que encontramos na escola! Houve dias que tive vontade de chorar, mas eu olhava e dizia a mim mesma: “Mãe, você não é saco de batatas, você é um ser humano em construção. Então, enfrente o problema”. Houve professores que disseram a ela que não era babás de cego. Ela chegou em casa e me disse: “Fátima, eu não sou cega, não é? Eu enxergo um pouquinho”. Eu disse: “Sim, minha filha, você está esperando a cirurgia”. Aí, fui à reunião, relatei isso à secretaria da escola, fui conhecer o professor, apertei a mão dele e lhe disse: “Sou a mãe de Fulana”. “Ah, são muitos alunos, a gente não sabe”. Eu lhe disse: “Vou refrescar sua memória agora: é aquela que tem baixa visão e senta à frente da sua mesa”. “Ah, ela é boazinha, ela não dá trabalho”. Então, eu fiquei muito feliz quando vi isso, Janaína. Parabéns a vocês e parabéns para o grupo. Porque a gente tem que pensar também em professores qualificados, educadores qualificados, que entendam o problema. Em classes onde há essas crianças, tem que se pensar em mais um professor.

Eu cheguei a falar na escola: “Sabe, diretora, por que as mães dos deficientes os fecham dentro de casa para que ninguém os veja”!? Porque é tanto sofrimento e tanta discriminação nessa sociedade, na escola, porque elas não têm garra de fazer isso. E agora, na lei, pensando mais exclusivamente, focando mais nessas crianças, eu acho que a gente terá uma sociedade mais digna, porque a criança não discrimina. Quando a minha filha precisou usar uma máscara, eles falavam para ela assim: “O sol está quente, não é”, aí eu reuni os coleguinhas dela e falei: “Não, não é porque o sol está quente, é porque ela tem um problema, então a ajude”. Aí, pronto, nunca mais ela teve esse problema dos colegas falarem que o sol estava quente na sala, quando ela usava uma máscara preta.

Já fui ver discussão da Secretaria do Estado, que a minha filha estuda no Estado, mas nunca encontrei algo tão focado, Sra. Janaína; é tudo bem superficial; então, fiquei muito feliz. Estou aqui para aprender, para somar.

Obrigada. (Palmas)

O SR. FLÁVIO MACIEL – Boa tarde. Sou responsável por uma entidade, um CCA, e por outras crianças no Paraisópolis, aproximadamente 800 crianças. Estou junto com o pessoal do Força Fumcad, vim como ouvinte, e acho que o Sr. Armando ressaltou vários pontos importantes para que a gente possa pensar. É isso.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. _____ – Boa tarde. Também participo do Força Fumcad, coordeno uma organização chamada Criança Segura. Parabenizo a Vereadora pela inclusão do tema Prevenção de Acidentes no projeto, que é um tema muito importante e, principalmente, porque São Paulo está numa situação muito crítica. O Brasil vem reduzindo a mortalidade infantil por acidente, que é a principal causa de mortalidade infantil a partir de um ano, mas São Paulo vem aumentando. Então, enquanto o Brasil passou de 11 para nove mortes a cada 100 mil habitantes, nessa faixa etária infantil; em São Paulo aumentou de oito para 13. Então estamos um pouco acima da média brasileira e, enquanto o Brasil diminui, a gente aumenta.

Então é bem importante que esse tema seja mesmo prioridade, pois o que está mais aumentando essa média são as crianças de até um ano de idade, portanto é superimportante que isso esteja dentro de um projeto de primeira infância. São acidentes, principalmente, relacionados a sufocação. Então temos que investigar o que está acontecendo e por que está aumentando. Pode ser sufocação tanto no momento de dormir, no berço, ou crianças que dividem o leito com os pais, que é uma situação bem comum em uma parcela da população; como outros tipos de sufocação, com pedaços de alimento. É bem importante que isso esteja nas recomendações para os pais, os agentes de saúde da família são fundamentais para transmitir essa mensagem, porque é quem está dentro da casa da família.

Parabenizo e coloco à disposição a Criança Segura. Temos um monte de projetos acontecendo, cursos à distância gratuitos, então podemos ajudar a encaminhar esse tema dentro das propostas.

Obrigada. (Palmas)

A SRA. _____ – Vou falar agora como serviço de acolhimento e não do Força Fumcad. Eu tenho participado e faço questão da presença aqui; não posso representar o acolhimento como um todo, mas eu sei da realidade em que vivemos, na qual é muito difícil conseguir vagas. Apesar de estar lendo, vamos tentar garantir essa prioridade para as crianças em situação de vulnerabilidade, porque há muita dificuldade ainda de vagas para as nossas crianças em acolhimento, tanto em creches como em CCAs; a gente fica sempre na fila de espera, a gente recorre à Vara para conseguir vagas, que são difíceis.

Constatamos que adolescentes são de difícil adoção, que é outro tema que está em discussão por aí – adoção tardia. Há um *gap* educacional muito grande. É também de uma dificuldade imensa para eles arrumarem o primeiro emprego, porque eles não tiveram seus direitos garantidos lá atrás. Por isso, estou aqui hoje também como representante do sistema de acolhimentos, agora com voluntárias trabalhando conosco para tentarmos melhorar um pouco isso.

A SRA. ANGELA VICENTINI PETRAGLIA – Boa tarde a todos. Parabéns mais uma vez, Janaína, por sua sensibilidade. Falo em nome do Instituto Olinto Marques de Paulo, que tem projetos que atendem à primeira infância, hoje, especificamente, em Capela do Socorro e Santo Amaro. Nós estivemos presentes na primeira reunião e fico feliz pela inclusão, principalmente do tema brincar.

Com respeito à fala dos meus colegas, defendemos o brincar livre. Temos uma missão no Instituto, que é: resgatar o direito da criança a brincar em contato com a natureza nesses espaços frios, cinzas. O Instituto está à disposição, porque acreditamos que, quando o ambiente oferece segurança, a criança tem condições de, desde pequena, desde bebê, desenvolver suas habilidades e competências quando o adulto é um grande modelo. Então, nós trabalhamos com formação de professores da rede conveniada e da rede direta e acreditamos que quando esse adulto professor da primeira infância - principalmente da rede

pública, que é o nosso grande alvo - é feliz por estar na sala de aula cuidando de seus bebês, das suas crianças, é autônomo, é seguro, confiante, ele se torna a principal ferramenta de aprendizagem da criança. Respeitamos todas as outras ferramentas, como a tecnologia, os livros, mas o nosso investimento é no adulto, no adulto educador, que também é a família.

Eu trabalho com crianças da rede municipal desde 1996 e já passei pela Assistência e pela Saúde. Gostaria de ressaltar que nos serviços de contraturno, como CCA, acreditamos que precisamos cuidar das crianças de quatro a seis anos, uma vez que há um *gap* na lei. As crianças não ficam mais nas creches até os cinco anos; elas saem com três anos e 11 meses – quando não com três anos e 13 meses, como demonstrou o último recorte da Secretaria. As crianças foram levadas mais cedo, mas não para as suas casas, mas para outros cuidadoras, e o CCA só atende a partir de seis anos. Então, existe aí um buraco: a Assistência não cuida dessa criança, e a escola integral não dá conta. Também a educação, muitas vezes, tem seu papel, claro, mas as EMEIs já não estão dando conta das próprias crianças, muito menos das do período integral.

Enfim, temos que olhar um pouquinho para as crianças desta faixa etária de quatro a seis anos, que saem do CEI e não se sabe para onde estão indo.

Estou à disposição, trocando e aprendendo com vocês.

Obrigada.

O SR. ARMANDO BROGGI – Eu queria fazer um registro a partir do que ela disse, porque justamente no edital Fumcad, aberto agora para 2017, um dos principais focos é justamente essa faixa etária, que está desguarnecida no período do contraturno. Por isso, qualquer organização que entrar com um projeto para ficar com essas crianças no contraturno, com certeza terá uma visão muito favorável do ponto de vista da comissão de análise e, provavelmente, se o Fundo tiver recursos, mesmo que a organização não consiga captá-los diretamente, deverão ser direcionados para isso, já que é uma das prioridades apontadas pelo Conselho, justamente esse vácuo entre o término da CEI e o início da EMEI, uma vez que

foram reduzindo a idade nas creches e também como uma forma de aumentar do número de vagas. Tirando uma turma antes, aumentam-se as vagas, mas também se cria um pessoal que fica no meio do caminho, no limbo.

O segundo assunto que eu queria abordar é o do brincar. Foi divulgada uma notícia muito polêmica esses dias, de que a Prefeitura estaria fazendo adequação de creches e diminuindo espaços de lazer para transformá-los em salas de aula. Criança brinca em qualquer cantinho. Por isso, não acho que esse seja um argumento. É lógico que o ideal é que haja brinquedotecas; porém, conheço locais onde a própria sala de aula serve de local para brincar. É uma questão de metodologia. Não sou técnico nessa área, mas entendo que temos que tentar conciliar os dois lados. Claro que necessitamos de mais espaço, e tentar readequar espaços é uma forma rápida de conseguir mais vagas, porém, temos que tentar cobrir o outro lado, não como infelizmente disse o Sr. Prefeito, vendo depois como vai resolver isso, mas tentando resolver ao mesmo tempo. E resolver ao mesmo tempo, tem que ser desta forma: capacitando os professores de forma com que eles desenvolvam as atividades menos ou mais organizadas, como o brincar nos locais disponíveis. O ótimo é inimigo do bom, mas vamos tentar pelo menos fazer o bom.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) – Passo a palavra para a nossa querida Secretária.

A SRA. CLÁUDIA DE FREITAS VIDIGAL – Primeiramente, quero dizer que conheço muitos de vocês da Mesa. O Força Fumcad é um grupo que acompanho e do qual participei desde o início. Não estou mais hoje por estar afastada da organização, mas assim como a Fundação Criança Segura, são meus parceiros o Rogério, meu colega que está aqui hoje e de cuja fala gostei muito; a Roberta, com quem tenho 15 anos de história de acolhimento e, entre idas e vindas, é uma parceira que se torna cada dia mais sólida com o Instituto Fazendo História.

Sinto que tem, sim, muita gente boa e junta; apesar de não estarem todos nesta

mesa, somos muitos.

Que legal o que a Roberta fez, de vir mesmo sem ter chegado ofício. Para mim, no meu gabinete, não chegou qualquer ofício ou convite da Vereadora Janaína, que simplesmente divulgou. Eu soube e, como ia estar em São Paulo nesta data, fiz questão de participar. Acho também que temos que chamar o Conselho para participar.

Queria agora abordar uns termos mais técnicos do projeto visando a contribuir. Em primeiro lugar, quando a gente fala no art. 4º da competência do Poder Executivo Municipal, como o Armando já trouxe, é competência dos Conselhos. Quem tem que realizar um plano municipal é o conselho. Quem realiza o plano estadual é o conselho estadual e quem realiza plano nacional seria o conselho nacional. Como essa coisa se articula, ela varia. Há planos que não são pelos conselhos e a secretaria de educação vai fazer o plano de educação.

Quando é um plano intersetorial, é ainda mais interessante que seja pelo conselho porque ele é um órgão que já reúne todos esses setores. Então, isso aqui não está errado, mas ele poderia ser aprimorado lembrando-se que a melhor competência seria do conselho. Ele liderar essa pauta. Antes de colocar aqui, é preciso ele estar nesta mesa porque se o conselho não liderar, não há problema algum que o Executivo lidere, mas seria importante dar essa oportunidade de que o conselho liderasse. Então só para a gente ponderar essa questão.

Com relação ao artigo 5º, penso que ele traz a contribuição de todo mundo que construiu o artigo 5 que vai falando de educação, da saúde, e eu acho que ele compartimenta os setores. O que é saúde, o que é educação, o que é assistência. O grande desafio das políticas para a primeira infância é a intersetorialidade, como é que a gente constrói programas que são conjuntos, que juntam duas secretarias e que elas, juntas, vão pensar na ação e na possibilidade.

Portanto, esse artigo 5, entendo que ele deveria ser melhor construído dentro do grupo de trabalho técnico que vai pensar nas ações. Talvez ele seja colocado de uma forma muito simples e isso servir como subsídio para o grupo técnico de trabalho, que vai pensar no

plano municipal, eu penso que pode ser mais interessante. Posso contribuir com você, Janaína, depois em uma conversa mais detalhada, e não é perder todas as contribuições, pelo contrário, é aprofundar cada uma delas e pensar como é que a gente faz isso na intersectorialidade e não cada um na sua caixinha.

Eu só queria enfatizar um ponto que é quando a gente fala “a iniciação em projetos e atividades de informática e tecnologia a partir dos 4 anos”, eu queria dizer que acho que a gente tem que aprofundar a reflexão sobre isso, dos ganhos e perdas das crianças pequenas com tecnologia. Penso que a gente não pode negar essa realidade por que os nossos filhos estão com 2, 3 anos à frente de um Ipad, de um Iphone, ou de qualquer outro tablete, todas as famílias acabam encontrando alguma telinha para as crianças estarem, mas eu acho que gente deveria falar de educação digital e não de fomento. Não dá pra ser só aquela coisa do horário, eu proíbo, é o sim e o não. Como é que eu qualifico? Como é que eu descubro quais jogos são? Como é que crio regras dentro da minha família? Como é que crio regras dentro das escolas, para as mães - que muitas estão abrigando com o filho, mas estão o tempo inteiro no seu próprio dispositivo?

Então, acho que a gente deveria incluir aqui, mas não como um fomento, mas um tema de reflexão. O Brasil não tem política sobre isso. A gente criou uma área específica na secretaria para pensar uma política. Qual é a regra do jogo? O que pode? O que não pode? O que é bom? O que é ruim? Quais são as evidências? O que tem de pesquisa sobre isso? E tem muita pesquisa e quase todas elas vão à direção do que a colega Ângela falou. Eu adorei a sua fala. Criança é natureza, criança é movimento, criança é brincar, brincar livre sim e é muito importante e uma coisa não contradiz a outra porque eu penso que o brincar é propositivo, que busca uma construção pedagógica, ele tem uma estratégia pedagógica, mas o brincar livre é fundamental para a criança se desenvolver como ser humano, afetivamente, socialmente, cognitivamente.

Hoje tem uma matéria muito bonita sobre isso no *Estadão* sobre as escolas que

estão cada vez mais abrindo suas grades de horário para tempo livre. As escolas estão ampliando seus recreios, graças a Deus, ou graças a nós todos trabalhando e pensando isso.

Aí fica a questão dos espaços que eu acho que é um grande desafio. Não há como fazer tudo mesmo, mas para as crianças de hoje espaço ao ar livre é algo muito importante, é algo fundamental. As crianças estão adoecendo dentro de espaços pequenos e fechados. Elas ficam o dia todo, não é mais na televisão, e a mãe tem um certo orgulho. Talvez pessoas um pouco mais formadas, ou da área da educação, ou que leiam mais jornais ou estejam melhor preparadas não tenham tanto essa sensação, mas muitas mães estão orgulhosas dos filhos estarem o dia todo no *lpad*, estar se desenvolvendo, se estimulando e aprendendo um monte e coisas e fica impressionada com o que ele pode fazer com aquele *tablet*. Na verdade a gente está matando a oportunidade daquela criança se relacionar com o outros, com o mundo à sua volta e, sobretudo, vou dizer, com a natureza, que é onde a criança mais aprende quando ela está li na relação mesmo com a natureza.

Desculpe pegar esse gancho, mas acho que é “um gancho que exige mais reflexão nos espaços nossos, na ONGs em que a gente têm feito parte”. Como tem sido? Como tem sido no abrigo, Roberta, a questão dos eletrônicos? É muito? É pouco? Eles se relacionam, não se relacionam? Querem muito? Ficam excluídos por que não têm? Porque todos têm e se não tem com é que faz? Então acho que é um tema para a gente trazer para as muitas mesas que a gente circula relacionada à criança e ao adolescente.

Eu dividi o seu projeto, Vereadora Janaína, rapidamente agora, não fiz um grande trabalho, vi que ele tem as diretrizes, ele tem a ideia do plano municipal, acho fantástico que a gente tenha esse plano municipal, aí ele tem esse artigo 5º, que é onde eu trouxe as minhas críticas, que eu acho que deveria ir para um grupo técnico que debata muito que plano é esse que vamos fazer. Depois ele tem uma outra ideia fantástica, que é do registro da criança paulistana. Esse do registro eu acho que precisa ser muito articulado com o conselho, com Secretaria Estadual da Educação. Quem é que vai fazer esse registro? O registro da criança

paulistana é o que o país, Brasil, nós enquanto Estado Brasileiro, estamos tentando fazer e não estamos conseguindo. Lá a gente quer integrar os cadastros da assistência com os da saúde. Poxa, você está com uma ideia fantástica, mas acho que precisa conversar com eles, combinar com os russos onde vai ficar esse cadastro, quais são os cadastros já existentes, antes da gente promulgar a lei que talvez prometa coisas que a gente não consiga entregar. Então acho que mereceria uma conversa só sua com as lideranças das secretarias: que tipo de cadastros vocês têm, como funciona, como vocês acham que é a solução para a gente pensar como ficaria essa ideia – eu acho brilhante – que a gente consegue integrar esses cadastros, mas aproveitando já a experiência deles.

E por fim, maravilhoso também, o observatório, que a continuidade, o monitoramento desse plano. E eu acho que no observatório você coloca ali quem é que tem que obrigatoriamente compor. Você coloca o Judiciário, um assento da Câmara Municipal e eu acho que a gente deveria provocar para ampliar essa composição. Eu sei que está aberto, quem quiser que vai... Assim, tem processo para a constituição desse observatório. E a sociedade civil. Esses três que você garantiria. Entendi. Acho que está muito bacana.

E aí, eu realmente não sou uma pessoa muito sabida da administração pública, mas acho que ajudaria a já regulamentar um pouco como esse observatório vai sair, porque um observatório pode sair com uma portaria ou com um decreto. Eu acho que pensar um pouquinho como a gente dá um caminhosinho para ele não ficar no ar e depois se perder. É um decreto, o Prefeito vai lá e faz um decreto do observatório, é um grupo de trabalho, diz quem vai fazer parte, coloca ali os membros que farão parte ou uma portaria intersecretarial, portarias compostas por várias secretarias. Eu realmente estou superorgulhosa do seu trabalho e da coragem de colocar. Por fim, fiquei pensando lá no artigo 5º, se caberia a questão das famílias acolhedoras na questão do acolhimento. O Brasil faz parte de um movimento para zero crianças de zero a três em instituições de acolhimento. Então tem esse movimento que o mundo todo está avançando e que o Brasil também faz parte está buscando, e São Paulo... E a

maneira de não acolher uma criança numa instituição é acolhê-la numa família acolhedora. Por exemplo, as casas lares também são bem melhores do que uma instituição de abrigo maior. Não que o abrigo não tenha que existir também, mas elas são melhores. São menorzinhas.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. _____ - É previsto. Exato. Muito fraco. Então acho que você tem uma oportunidade aqui de provocar o Executivo no ótimo sentido, dizendo onde estão as famílias acolhedoras. São Paulo está atrasadíssimo. O único programa de família acolhedora que existe na Cidade, que eu saiba, é do próprio Fazendo História, do qual fiz parte, não faço mais, chama-se Instituto Fazendo História, e promove um programa de família acolhedora. São 10 famílias acolhedoras, mas não é uma política pública. É uma iniciativa da sociedade civil provocando o Estado mais uma vez dizendo: gente, onde estão as famílias acolhedoras, lembrando que no país já há mais de 500 programas de família acolhedora.

Então São Paulo está atrasado e precisa responder. Há financiamento do Governo Federal para isso e falta agora vontade política e coragem de colocar o programa na rua e fazer acontecer.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. _____ – Queria perguntar o seguinte: se vocês poderiam me ajudar a pensar para eu entender melhor a nossa condição, da criança na primeira infância, por favor.

A SRA. _____ – Minha preocupação, lógico, é como a de vocês também, com tudo isso que está sendo falado, agradeço todas as informações, mas o meu olhar vem sendo para as crianças que não são atendidas. Para as crianças que estão sem visibilidade e que precisam de proteção. E há muitas. (Falha na gravação) Em virtude da carência de vagas em creches.

Então imagino que se há uma carência de 66 mil vagas, enfim, tudo aproximado, há muita criança por aí sem cuidado. E a minha questão é essa, como vocês me ajudariam ou

ajudariam a sociedade juntamente com o Governo a pensar essa questão. Seria assim, dividir por regiões e fazer um levantamento em determinadas regiões e um investimento nessas regiões no sentido de, por exemplo, entrar em contato com algumas entidades com as quais eu tive a oportunidade de participar de eventos. Por exemplo, a Lana, Maria Cecília Vidigal; a Tide da Neca Setubal; Entidade Ayrton Senna, aliás, a Airton Sena investe a partir dos quatro anos, me parece, não antes, podem ter mudado.

Mas essas entidades e outras que vocês devem conhecer, lógico, pelo menos essas sei que têm verba, recurso e entendo como projetos viáveis efetivamente, que possam ser colocados na prática, tenho certeza que essas entidades disporão de recursos para isso. Por exemplo, o que noto a comparar com o que vem sendo falado aqui, essa audiência em determinados locais de fundamental importância para que tivesse sido divulgada, não foi. Ou seja, há falha na nossa comunicação. Acho que temos que nos unirmos para conseguirmos, com certa humildade, começarmos com uma região em São Paulo e melhorarmos essa região.

Se não há lugar em creche que se pesquise no local as famílias e se cadastre essas famílias, mas que comecemos a nos organizar por regiões. São Paulo é imensa; os problemas são imensos.

Há muita coisa fantástica sendo feita, e isso tudo precisa aparecer; precisa ser alinhavado; aí peço a contribuição de vocês, porque eu sei colocar essa questão, mas não sei o que fazer com isso.

(Pausa)

A SRA. _____ - Eu queria trazer duas reflexões.

Primeiro, é o que a Cláudia falou. Em nenhum momento uma coisa desabou na outra quando a gente fala do brincar, mas é importante destacar que não serve só o brincar pelo brincar. A criança também precisa da parte cognitiva, precisa de desenvolver e nada melhor do

que através da brincadeira. Esse é um ponto muito importante.

E o brincar por brincar livre, a gente usa de diversas formas, técnicas teatrais, para a criança poder brincar, com ornamentos e se desenvolver. Enfim, têm várias formas de se fazer isso.

Mas o da informática e da tecnologia, eu queria ressaltar a importância.

Não sei se vocês conhecem o projeto Code.org., um projeto feito pelo fundador do Facebook. Ele é implementado nos Estados Unidos pelo antigo presidente.

Esse projeto ensina tecnologia para crianças a partir dos 4 anos de idade.

E aí eu convido você, Cláudia, e todos, a mudarmos o nosso *mind set* para pensarmos que tecnologia não é só isso, não é só televisão.

A tecnologia é você também saber programar. Você pode saber programar, aprender a desenvolver isso, a partir dos 4 anos. Temos diversos recursos para isso.

Isso traz o quê de benefício para a criança? Além de ela estar inserida no mundo globalizado, onde as outras crianças do ensino particular já aprender isso há muito tempo, também temos toda a parte cognitiva, toda a parte social.

Porque, no Code.org., por exemplo, eles fazem os próprios jogos no decorrer das lições. A pessoa pode fazer em casa; professor pode aplicar na escola; é gratuito.

Então, você desenvolve a tecnologia sem falar para a criança que ela precisa ficar no Smartphone, no Facebook, no Whatsapp.

Vocês está desenvolvendo outras habilidades cognitivas, emocionais e sociais, usando a tecnologia como base para isso.

É essa reflexão que eu gostaria que vocês também tivessem.

A SRA. _____ – Deixa eu só voltar para o seu tema.

Duas questões que acho importantes: com relação à não ver universalização da escola para as crianças pequenas e das creches, ela não vai ocorrer.

Ela não vai correr agora. Nós sabemos: foi colocado no plano. Nós não iremos dar conta. E muitos países do mundo também não deram.

A possibilidade de termos todas as crianças em creches e em escolas nos próximos três, quatro anos, é nula. Não conseguiremos isso.

E o que faremos, então, com esse cenário?

Vamos continuar construindo creche, formando, ampliando e tudo mais, mas, enquanto isso, têm crianças ali.

Então, é preciso que existam programas alternativos que formem famílias para cuidarem melhor de seus filhos.

O Criança Feliz, com todas as dificuldades que ele tem, é um programa que usa essa metodologia. Ele é um programa de visitação familiar que vai às famílias e vai ajuda-las e entender melhor o que tá acontecendo com seu filho, a entender melhor o que tá acontecendo consigo, amamentação em alguns momentos. Têm muitas orientações desde o mais básico até o mais profundo e emocional.

Então, o Programa Criança Feliz parte de uma evidência e, aí, eu não sabia tanto e, agora, aprendi muito. Nós aprendemos muito em nosso curso de Harvard. Então, todas as evidências trazem a visitação familiar como disparada a primeira estratégia de desenvolvimento da primeira infância. Então, é a ferramenta mais poderosa. Não é só um quebra-galho. É a mais poderosa.

Então, ao mesmo tempo em que a gente não as crianças na escola, a gente tem uma oportunidade de crescer em estratégias que ajudem essas famílias a melhor cuidar dos seus filhos e estarem mais felizes, ali, no ambiente familiar. Então, acho que isso é uma questão que, assim, visitação familiar - seja pelo Criança Feliz, seja pelo Primeiríssima Infância, seja por onde for –, é uma estratégia que pode e deve ser ampliada.

Queria contar que estive em uma conversa de cooperação internacional com o Canadá. Todo canadense é fantástico, né. Não sei se vocês já tiveram a oportunidade de

conhecer um canadense, mas eles são super generosos, gentis. Todo que eu conheci, pelo menos até hoje, foram assim. E o Estado do Canadá, neste momento, foi também desse modo e disse: “Olha, a gente tem uma metodologia que a gente está usando, aqui, há dez anos e está funcionando muito bem. E a gente empacotou, está super bem sistematizada. É claro que podem ter as alterações, as adaptações necessárias, mas tem um programa bom, disponível para quem quiser e ele é assim”. Então, por exemplo, se tiverem organizações interessadas em investir em primeira infância, esse Programa, que se chama *Nobody’s Perfect*, que eu fiz alguns contatos, ele tem uma metodologia de grupo: é um mediador que traz várias mães que saem de suas próprias casas, se encontram e compartilham as dificuldades e juntas vão descobrir soluções. Super simples. Nada muito mirabolante. Mas, assim, são doze encontros que devem ser realizados; depois dos doze encontros eles veem o que vai acontecer.

Então, assim, existem metodologias e, aí, a Secretaria Nacional está altamente disponível e aberta para receber organizações que queiram saber mais sobre. A gente tem convênio com organizações do Brasil inteiro e de fora do Brasil. Então, chegam metodologias sociais que funcionam: “Ah, trabalho com indígena. Tem um caminho aqui”. “Olha, com criança pequena, que funcione e que não seja tão caro, tem um caminho aqui”. Esse *Nobody’s Perfect*, eu fiquei encantada. Eu falei: “Gente, é muito bacana esse programa”. Então, enfim, acho que têm esses caminhos. E acho que eu queria te falar sobre essas duas coisas: da visitação familiar, de programas já existentes, sistematizados e disponíveis. E, de novo, da disponibilização do Programa Criança Feliz que está aí e que São Paulo está fora, neste momento. Até o momento, São Paulo não tem, né. É isso ou já mudou? (Pausa) Ainda não, mas estamos negociando. Está tudo em negociação.

- Manifestação fora do microfone – inaudível.

A SRA. _____ - Ninguém se entusiasma muito em investir em nada que não saiba, exatamente, aonde que está pondo o recurso. O que precisamos, e eu volto a dizer, é estratégia e tática. Quer dizer, São Paulo é imensa; os problemas são imensos, muito

complexos. Temos de ter alguma organização. Por exemplo, são 97, 96 distritais, 23 Subprefeituras. Eu não sei muito bem. Eu sei que me parece que os bairros, entre aspas, são 96 bairros em São Paulo, com outro nome – parece-me que é distrital.

Enfim, temos de dividir São Paulo geograficamente e um método de trabalho e oferecê-lo para determinado empresário. Aí, esse plano apresentado terá credibilidade. Caso contrário, ninguém vai investir, porque São Paulo inteira tem carência, né. Então, era isso que eu queria dizer.

E essas entidades... Essa entidade, por exemplo, da Maria Cecília Souto Vidigal, ligada a Harvard,... Essas entidades são muito ciosas do que elas fazem e são - pelo menos a experiência que eu tive – são um pouco fechadas. Então, elas fazem um trabalho maravilhoso, que apresenta o resultado para os seus provedores e tudo mais, mas não é uma... Agora, eu gostaria... Uma, entre aspas, disponibilidade que eu teria, se eu tiver apoio e tudo mais, é tentar esse contato com algum documento público, com algum documento da esfera pública, tentar um contato com essas entidades, porque continuo achando que, se tivermos um plano de trabalho, algo novo a ser apresentado, e pedirmos que essas entidades conversem entre elas e sabendo no que elas podem contribuir, como treinamento de profissionais, como levantamento de dados nesses bairros, enfim, uma série de coisas, e tudo muito amplo para ser feito, muito complexo; mas eu acho que, sem um planejamento específico, não tem quem invista recurso, porque não tem credibilidade, então tudo se dispersa.

- Fala fora do microfone.

A SRA. _____ - (Ininteligível) o Conselho deveria fazer, o CMDCA? Esse deveria ser o papel do CMDCA, ou eu estou errada?

A SRA. _____ - É, mas essa é a lei, está sendo proposta assim. Nós precisamos de um plano. Acho que a primeira coisa que a lei diz é: precisamos de um plano. E agora é o seguinte: é lei. Não é só acho que precisamos. Não. Tem que fazer, está aqui. Então a gente coloca na lei e diz: tem que ter um plano, aí começa seu trabalho, depois ele vai sendo

detalhado. Mas é na mesa de trabalho do plano que vai se constituir quais serão as ações exatas, vai ser o Canadá, não vai, referência, quais distritos, aonde vai, por onde começa.

A SRA. _____ - É que eu acho que as regiões estão... Existe no CMDCA, quando você abre o edital, você faz a pontuação pelo mapa de vulnerabilidade. Mas o que eu tenho visto, participando no Funcad e até em experiência própria, é que aquele mapa está desatualizado. Então você pega, por exemplo, a região da Roberto Marinho, que é o meu caso, eu estou em Pinheiros. Aí falam: Pinheiros não precisa. Agora, aquela região da Roberto Marinho, gente, quem já foi lá... Vai dar uma olhada. E a gente, como acolhimento, eu estou tendo que atender a população inteira que não é de acolhimento, porque ali tem quatro, cinco favelas. E na hora que eu entrar no edital do Funcad eu não ganho a pontuação porque eu estou em Pinheiros. Então eu acho que essas áreas estão um pouco defasadas, esse mapeamento do que realmente está precisando.

A SRA. PRESIDENTE (Janaína Lima) - Eu só vou dar a palavra para a Rosiene, que aqui representa a SMADS. Hoje inclusive eu tive oportunidade de conversar com a adjunta da pasta, a Janaína Reis, sobre esse projeto. Então com a palavra, Rosiene.

A SRA. ROSIENE – Na verdade eu não represento a SMADS. Eu vim mais por conta dos projetos sociais de que eu participo. Eu continuo na SMADS, mas à espera de ser exonerada, porque eu sou assessora da Soninha e não do atual Secretário.

Boa tarde a todos. Eu estou ouvindo todas as colocações e algumas coisas me preocupam muito. Eu tenho uma atuação grande, desde que a Soninha assumiu a pasta – agora infelizmente saiu -, eu frequento muito a cracolândia. O que nós vamos fazer com as crianças que estão na cracolândia? Discutir planos...

O CMDCA no geral sempre me desanima bastante. Quando fala de CMDCA, eu nunca consigo entender e nunca consigo acompanhar, me desanima muito a atuação, a forma de organização e o que acontece lá dentro. Mas, enfim, quem sou eu para mudar isso? Aí a gente discute tudo isso, pensa, todo mundo contribui bastante, significativamente, todo mundo

sabe o que fazer. Eu sou da Filosofia, então eu parto do princípio de que eu não sei nada, eu tenho tudo que aprender.

Mas as crianças na Cracolândia. Eu tenho menino de cinco anos que está lá no fluxo, um tempão. Conselho tutelar já desanimei também, CMDCA já desanimei também. Então, como a gente faz? São coisas que seriam para ontem, se você não tem um negócio perfeito, você tem de ter um negócio intermediário para salvar as crianças, algumas, em situações específicas, Cracolândia, por exemplo, e outros lugares que todo mundo conhece. O resto tudo dá para discutir a seu tempo, participar de muitas audiências públicas, discutir à exaustão a questão. A retórica faz parte da minha vida, tem de discutir tudo, construir consenso, mas tem algumas questões que são para ontem, que é para salvar a criança. E não sei o que fazer. Eu não vejo na Cracolândia, por exemplo, ninguém se preocupando. Eu estou falando de salvar a vida de crianças.

_____ **A SRA.** _____ - E o que vocês fizeram nesse período enquanto vocês estão ainda lá? Talvez seja um curso de gestão.

A SRA. ROSIENE - A Soninha tinha as ideias, os planos para Cracolândia, mas ela saiu da Assistência Social. Então, não sei, o problema lá é de uma complexidade tão grande, eu não sei que rumos a assistência social vai tomar, não consigo vislumbrar uma perspectiva porque acho que vai ter de envolver tantas pessoas, desde o começo estou falando isso. Ações policiais são desastrosas, ações de saúde sempre são oportunas, mas a desejar. A assistência social é deficiente de certa forma e as crianças vão continuar lá.

Se pedir um levantamento para o CEAS-4, por exemplo, o levantamento mapeamento está pronto, na ponta da língua, documentado, relatado. Crianças que estão lá e ninguém faz nada. Eu não consigo imaginar sozinha como se resolveria isso. Sugiro que todo mundo pensasse, é uma questão urgente, de salvar. Você vai ter de pegar um menino e não temos um lugar para desintoxicar a criança que fuma crack, não temos.

A SRA. _____ - Posso fazer uma sugestão. Acho que você tem toda

razão no que você está trazendo, acho que estamos falando de duas coisas diferentes. Essa emergência do que acontece em São Paulo, exigiria um outro grupo de trabalho de saúde, educação e assistência para pensar qual é a nossa proposta que também não é só assistência. Coitada da assistência, na gestão passada, a gente acompanhou, fez diversas estratégias, mas é difícil. Não é um desafio simples.

Penso que falamos de um plano de emergência, para pensarmos como começar e qual é o plano nacional que também não é bom para lidar com a questão das drogas que está no país todo. Acho que a proposta neste momento não é de resolver esse problema que é gravíssimo, essa proposta não vai resolver esse problema neste momento. Acho que é algo a médio prazo, vai exigir uma reflexão, a construção do plano vai demorar um pouco mais e as crianças estão lá neste momento. E talvez fica a proposta, precisa de um grupo de emergência, o que acontece, como construir essa política e talvez acompanhar a prefeitura nesse processo que acho que não vai ser fácil essa gestão lidar com essa realidade, é um momento difícil.

Acho que esse grupo, esse plano e esse projeto de lei vão contribuir, mas minimamente para resolver esse problema.

A SRA. ROSIENE - Há algumas pessoas que eu ouço lá, que conversam muito comigo, que falam que nunca houve tantas crianças na Cracolândia. Quer dizer, é uma coisa que fugiu totalmente do controle, fugiu totalmente do controle.

Sim, eu concordo com a senhora. Pode ser. É uma outra questão aqui, mas eu quis falar sobre esse assunto porque eu acho que todos deveriam lançar um olhar sobre isso, porque lá vejo muitas pessoas de boa vontade, tentando fazer alguma coisa, o que é muito complicado, mas eu não vejo assim uma força pela gravidade do problema. Eu peguei um menininho lá de cinco anos. Faz tanto tempo que ele estava lá que, na orelha dele, estava juntando bicho, de sujeira, sem banho. Eu o peguei e o encaminhei para um banho num determinado local. Providenciei roupas e tal, e ele continua lá.

Então, pensar em criança é tudo. A gente precisa pensar mesmo. Todo mundo

precisa pensar, mas há algumas coisas que a gente precisava pensar com mais, com mais coração, no sentido de urgência. Isso vai envolver todo mundo, inclusive pensando na questão da desintoxicar, porque é um trabalho muito difícil. Eu não vim representando a SMADS.

Obrigada pela atenção de todos.

O SR. _____ – Eu acho que existe até uma urgência, que tem que ser discutida imediatamente, mas talvez haja um projeto de lei pensando no cuidado da primeira infância, para não abandonar esse tema, que tem que ser discutido e resolvido imediatamente. Podem também trazer uma pauta, como a Sra. Cláudia sugeriu, do acolhimento. Há muito debate em cima do acolhimento e muito debate em cima da Educação, e, aproveitando que a Secretaria Municipal de Educação está presente, falo da educação desde o lar, mas sobretudo considerando o Plano Municipal da Creche e da Pré-Escola. Então, os temas têm que ser bem divididos, bem pensados e colocados no seu devido momento, sem se esquecer da questão da urgência e talvez até um conselho, trazer, como anexo, não sei se é permitido, o que hoje existe de Plano Municipal de Educação? O que hoje a Secretaria de Educação está fazendo de verdade, para pensar na creche, na criança, na orientação e na educação de quem está envolvido no sistema?

Então, como isso daqui é um projeto que estabelece diretrizes de recursos a serem empregados, acho que talvez acolhimento, educação formal e informal nos lares e talvez esquematizando um pouquinho naquilo que a Sra. Cau levantou como etapas do projeto, para que as pessoas entendam que o tema é extremamente amplo, extremamente urgente e importante, e que, de repente, isso é uma coisa realmente que está sendo feita paralelo a tudo que deveria ser feito imediatamente, para um segundo momento de curto e médio prazo. É o que eu imagino, certo?

A SRA. _____ – Olha, posso falar o português claro? Os senhores me permitem? É assim: Entrou e saiu gestão e as políticas públicas em si continuam desse jeito que o senhor está descrevendo. Enquanto a gente fizer o mais do mesmo, a gente vai ter o

mesmo resultado. A gente precisa parar um pouco com esse negócio de tentativa e erro, gente, pelo amor de Deus. A gente tem especialistas que podem dizer para a gente a prática efetiva para sanar esses problemas. Eu, como o senhor, fico horrorizada em saber que a gente entra e sai ano e a política pública é a mesma coisa, ou seja, não eficiente. A gente precisa parar de falar de política e começar a fazer política pública, para mudar esse panorama. Então, esse é um projeto importantíssimo, que é um projeto de primeira infância. Não consigo ver por mais que, eu concordo que há uma urgência imediata de você resolver um problema dessas crianças que estão na Cracolândia, mas esse projeto também é importante, acho que temos de discutir esse, que você está falando, mas parar de 'mimimi', sabe? Começar a discutir a prática. Igual a Janaína fez, vamos reunir o pessoal e dizer: "Na tua escola, você Tabata, como pedagoga, tua experiência, acha que aquilo funciona". (Pausa) É isso.

Eu não vejo isso quando falamos da Cracolândia, eu não vejo isso quando, ela saiu, né, é que ela está num bairro nobre. (Pausa) Não, eu moro ali. Eu sei que ali também precisa de uma assistência, mas cria mais falando de política pública e não fazendo política pública. Isso aqui é fazer política pública. Precisamos levar essa ideia de fazer política pública também para esse problema enorme que temos na Cracolândia.

A SRA. _____ - Só tentar me situar. Concordo, a Claudia fala de duas situações e eu estive em SMADS em 98 e fechei um abrigo na região da Sé. É uma política pública que até hoje existe, funciona, mas naquela região daquela condição talvez isso as políticas públicas melhoraram sim. A Assistência teve um avanço. Eu acho que existe um caminho.

E a primeira infância, quando fomos convidados para estar aqui – e eu falo também como Alana – Instituto Maria Souto Vidigal, falamos da primeiríssima infância que são essas crianças que estão lá e não têm ninguém para limpá-los. E eles não estão sendo cuidados. Porém, esse plano vai garantir que essas crianças de hoje não estejam sendo mães com dez anos na Cracolândia. Porque as crianças que estão lá, hoje, sendo mães, não tiveram creche

em 98, em 2008. Até já perdi a data. Então acho que assim: é sistêmico.

A política pública vem para corrigir algumas falhas no processo e prever que isso não se torna pior, como acabaram de colocar que está muito pior do que estava. E, realmente. Os abrigos estão lotados de bebês, filhos de mães usuárias, pais usuários. E vamos fazer o que com essas crianças?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. _____ - Isso, filhos de crianças. O terceiro setor, o dois e meio, como é de onde eu falo, eu falo do setor dois e meio, o meu projeto que trabalho o Instituto é financiado por uma indústria farmacêutica, não é recurso público. Então eu falo: o setor dois e meio tem recurso, agora, as instituições que querem ir lá, têm locais para atender lá, então, de novo, como falaram as nossas colegas da Mesa, a interssetorialidade, precisamos falar do mesmo lugar, fazer um plano e acho que essa é a proposta da Janaína. E eu acho que é possível. E, aqui, teremos de recorrer a quem for o representante legal disso, que é o Conselho Tutelar e SMADS, sim SMADS, não tem outro lugar para bater.

Enfim, estamos construindo. Acho que existe um caminho sim. Nós já melhoramos bastante. O problema é que tudo foi fragmentado, as secretarias não se conversavam. Daí eu queria só responder a questão do cadastro que também traz aqui o projeto de lei. O EOU é um avanço. Não é? Não sei. Eu fiquei tão feliz quando ele chegou na escola. Eu estava lá quando ele chegou. E ele é um avanço. Acabou os apadrinhamentos para vaga na creche. Para ter vaga na creche tem de estar no EOU, tem uma fila, tem um critério, e é isso. O EOU é um avanço. O NIS é outro avanço. Então temos, sim, ferramentas, como ela mesmo falou, pede para SMADS que eles sabem quantas crianças têm.

Agora, eu, um projeto Instituto Ling está atuando com as maternidades. Nós tivemos um projeto, mês passado, com a Leonor Mendes, uma maternidade da zona Leste, nasceram 304 crianças no mês. A educação não dá conta disso, a saúde não dá conta disso. Nós precisamos, de novo, me coloco à disposição unir forças. Os setores estão à disposição e

mais uma vez, a Vereadora Janaína teve muita coragem de cutucar, no lugar, de falar em nome, de quem não sabe falar. Porque as crianças estão lá, eles não sabem pedir. Obrigada! Vamos uma vez vamos caminhar que vamos conseguir salvá-los.

A SRA. TABATA - Aproveitando o gancho. Está sendo transmitido, né? Então assim, além de todas essas instituições que vocês citaram, com siglas, que eu também não conheço mas que são para assistência social, para a infância, acredito que quem está nós assistindo tem de começar vir aqui, sentar nessas cadeiras para participar e reivindicar políticas públicas. Parar de falar de política e fazer política. Dizer o que é realidade que está acontecendo no dia-a-dia.

Então acho muito importante cidadão comum, como eu, nunca tive cargo político, nada. Sou uma cidadã comum. Vim aqui dizer aquilo que ele vê no dia-a-dia, aquilo que ele pensa. Então acho importante esse convite nobre Vereadora Janaina. Se V. Exa. puder reiterar.

A SRA. PRESIDENTE (Janaina Lima) - Com certeza. Esse é o principal objetivo, por isso fizemos questão de construir essas duas audiências. É o cidadão ter voz. E ainda mais, como a Ângela trouxe, aquele, que não, que não que não sabe falar, é aquele que luta para falar, que são as nossas crianças, e que possamos aqui ter o compromisso de vocalizar as suas necessidades.

Peguei aqui um arrazoado de tudo que vocês disseram, Roseane, eu a mencionei como Smads, porque você se identificou como Smads, então por isso que colocamos você como Smads, porque você assim se identificou. Então peço desculpas.

Vamos voltar as manifestações de todos. Vi que foram muitas e muitas contribuições valiosas. Acho que a Maria Cecília ela trouxe uma questão que é aplicabilidade da lei. Como isso será possível? Como vamos fazer com que a letra da lei da vire uma realidade na Cidade de São Paulo. Tentando resumir seria isso.

Aqui o mandato, ele tem uma parceria muito bonita com a Secretaria de Educação.

Eu saindo daqui vou para uma reunião com o Secretário de Educação e vou apresentar todas as nossas conquistas aqui dessa audiência, da anterior e ver como é essa lei pode ir para um texto final, que dando tudo certo, semana que vem, essa lei já é promulgada.

Então temos condições aqui de construir uma lei que vai tornar realidade na Cidade de São Paulo, e construída como o Executivo. Na sexta feira conversei *en passant* com o Prefeito João Doria. Então estamos construindo isso com o Executivo. Não é uma lei para ficar engavetada. Não é uma lei que não será aplicada.

E aqui, dentro da audiência pública, nunca aceitei essa questão de politização, que sai um secretário, entrou outro. Ah, porque o que o outro fez, o outro vai parar. Não! Não aceitamos esse tipo de discurso aqui. O que estamos falando é muito além de qualquer sigla partidária, ou de qualquer nome de pessoas que estejam à frente disso. O que estamos falando, é da criança. É o compromisso de todos que estão nessa mesa, em fazer com que “os direitos legítimos de cada criança, excluída, vulnerável, como podemos falar em universalização, se a temos criança no retrato que ela mesmo trouxe para nós”. Quero que o Luiz conte. Luiz onde eu estava ontem que compartilhei no nosso grupo?

O SR. LUIZ – Fazendo um trabalho social...

A SRA. PRESIDENTE (Janaina Lima) – Para onde? Para quem? Não! Moradores do quê? Estava na Cracolândia ontem; eu estava aqui no centro distribuindo. Então, é um compromisso pessoal. Eu sei o que é a realidade. Então, eu não venho aqui escrever no papel. E, detalhe: eu também não nasci nos Jardins. Eu nasci na periferia. Então, eu sei muito bem o que é o contexto de uma pessoa socialmente excluída. Então, eu não escrevo um projeto de lei no luxo do meu gabinete, totalmente fora do contexto da realidade, não. Os projetos de lei são pensados na empatia, como Júlio mesmo trouxe, e, principalmente, aquele que já sentiu na pele a ausência do Estado.

É esse o objetivo, para fazer com que outras crianças tenham a oportunidade de serem donas do seu destino. É fazer cidadãos incluídos; cidadãos plenos; que essa Mesa que seja

recheada, daqui 20 anos, numa próxima audiência pública, discutindo os avanços que essa legislação trouxe e como a gente pode aperfeiçoar ainda mais, para que o Município de São Paulo seja o propulsor de um Brasil altamente desenvolvido e que as nossas melhores cabeças estejam a frente de Harvard, assim como eu e a Cláudia ficamos extasiadas, tivemos a felicidade de ser convidada, sermos aprovadas, porque a gente tem um processo seletivo, o que me honra muito ter participado de um curso ao lado de pessoas tão qualificadas como a Cláudia. Fomos lá para ver com as melhores mentes, com os melhores professores, o que é que a gente pode, de fato, construir como política pública para mudar a vida dessas pessoas.

Então, eu fiz uma minuta. A gente convidou todas as instituições, da primeira audiência todas as inclusões que foram sugeridas estão aqui na lei - acho que todo mundo aqui pode verificar isso, todo mundo aqui é dono de um pedacinho -, isso foi, realmente, construído nessas audiências públicas.

E mais: essa legislação ela foi totalmente embasada com os conhecimentos que eu tive oportunidade de receber dos melhores professores da Universidade de Harvard, uma das Universidades mais respeitadas do mundo, quiçá, a mais respeitada sobre a temática do núcleo de Desenvolvimento para a Primeira Infância Plena.

A gente começou a construir não do zero. A gente já começou a construir com os melhores indicadores e conhecimentos que o mundo coloca como a política pública ideal para gente conseguir avançar.

Talvez, a gente possa não conseguir os avanços para resolver essa situação nessa geração, neste momento, mas o que a gente pode aqui se comprometer é que nenhuma criança mais seja vítima nas próximas gerações, na próxima gestão, que a próxima gestão seja capaz de consolidar uma política, um plano de execução que os próximos mandatos e as próximas legislaturas sejam somente para avaliar os resultados por esse observatório, por relatórios construídos pela Secretaria de Educação, pela SMADS, pela Saúde, e é assim que a gente quer construir com isso.

Eu acho que a Tabata trouxe muito bem os pontos do brincar - e a Ângela -, mostrando como são dois pontos complementares. E a Cláudia, nesse sentido, trouxe muito bem isso.

Acho que a questão da empatia é fundamental. Eu conversei com o Luiz, para vermos como a gente pode incluir isso que eu achei muito importante, somente mesmo com a empatia de você ter noção do que você faz alcance o outro que a gente pode ter uma política pública, uma sociedade mais sensível, mais humana.

Eu acho que é o caminho. Eu também lamento que o Conselho não pode estar presente. A nossa audiência pública, inclusive, sai publicada. Quando você faz um anúncio pela CCJ em uma sessão, isso é publicado. Então é de notoriedade pública a divulgação desta audiência e, ainda mais, entendendo todo o papel que poderia ser é construído com o conselho, mas a gente está à disposição e espero que ainda seja tempo para que a gente possa construir uma parceria em que a criança ganhe. É importante isso.

Outra coisa que eu achei legal e que eu vou precisar muito do Criança Segura é que esses acidentes, você talvez possa dar sugestões, se a gente pode complementar alguma coisa no projeto de lei. Estamos abertos. Queremos que essa lei, de fato, represente uma inovação e para isso ela só vai conseguir alcançar esse objetivo se for construída com a sociedade. Cada um aqui trouxe um ponto que vai fazer com que de fato essa lei represente um marco divisor de águas a fim de embasar e dar condições para o Executivo fazer o programa transformador e revolucionário de primeira infância, que a gente sabe que está nascendo e que a gente quer ser simplesmente um instrumento para garantir instrumentalizar que programa saia com o amparo da lei.

Fica a reflexão das crianças de 4 a 6 anos. Vou também estudar como a gente pode levantar alguns pontos para que atenda essas crianças. A família acolhedora foi incrível e vamos colocar sim. É uma oportunidade única, inclusive, vi um vídeo maravilhoso da cidade de Campinas, programa lindo, maravilhoso. Fiquei encantada e falei na hora que a gente podia conversar isso, eu estava até marcando algumas reuniões para ver como eu conseguiria trazer

esse modelo de Campinas para São Paulo e você vem e me fala: “vamos colocar isso na Lei”. É óbvio. Está mais do que aceita a sugestão.

Esses pontos que você elencou, principalmente, do artigo 4º e 5º, a gente vai estudar como que a gente pode fazer com que essa intersetorialidade seja algo mais claro e não fazer com essas divisões - cada um da sua caixa. Como que a gente consegue nesse artigo 5º mostrar que todos são de um time só. Acredito que esse sentimento de um time só, de um jogo só, e que o único ganhador não sou eu nem ele, é a Cidade, é a criança, é o nosso compromisso com aqueles que hoje estão excluídos, que não tem voz, que querem falar, que lutam para falar e que são nossas crianças.

Por isso eu encerro essa audiência pública agradecendo toda atenção de vocês, por vocês terem vindo aqui dar a contribuição individual e que a gente, de fato, possa construir uma política pública transformadora. Que as nossas tenham um futuro, que as nossas crianças tenham o direito de serem cidadãos cientes dos seus deveres, dos seus direitos e da sua contribuição com a cidade. Essa cidadania que a gente quer construir.

Obrigada por todos vocês estarem fazendo parte disso. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência pública.

Muito obrigada.